



## 10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

21.05.2014

Ponto 2.1

Declaração de Voto

Carta da Governação a vários níveis na Europa

FM

Os vereadores da CDU abstêm-se na decisão da Câmara Municipal de Odivelas ser subscritora dos princípios políticos norteadores da Carta da Governação Local a vários níveis aprovada no Comité das Regiões de 2 e 3 Abril de 2014.

E fazem-no, não porque desvalorizem a importância da vinculação desta autarquia a princípios e valores que considerem dever ser enunciados como princípios norteadores da sua ação municipal, ou poderem ter um efeito político pedagógico em matéria de princípios e valores a defender na sua relação com os outros níveis de poder, as entidades e os municípios. O que questionamos é o sentido mais profundo inerente a diversos princípios gerais que são enunciados. Ou seja a Câmara Municipal de Odivelas está a vincular-se a quê e para quê?

Damos, apenas, um exemplo:

**- Esta carta significa o apoio à integração dos valores basilares da União Europeia.**

Uma União Europeia mergulhada numa profunda crise económica e social bem expressa, por exemplo, nos cerca de 30 milhões de desempregados e 130 milhões de pobres ou em risco de pobreza. Um rumo assente na redução em termos reais do orçamento comunitário que compromete a coesão económica e social, o investimento em serviços públicos, à produção, à criação de emprego com direitos, a erradicação da pobreza, das desigualdades sociais, com um Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 que é o mais reduzido de sempre representando menos de 1% do Rendimento Nacional Bruto do conjunto dos Estados da União Europeia. Portugal perde mais de 10%, 3 milhões de euros, relativamente ao quadro anterior. O envelope financeiro de Portugal não excede os 27,8 milhões de euros, que não chegam sequer para pagar os juros decorrentes do programa da troika, 34,6 milhões de euros.

**- Nesta Carta inscreve-se a defesa da legitimidade dos órgãos de Poder Local e Regional.** Mas a verdade é que é no quadro desta integração europeia e do Memorandum da Troika, subscrito pelo PS, PSD e CDS-PP representa um profundo ataque ao Poder



Local Democrático edificado após a Revolução de Abril. Recordamos, que é no quadro do Programa da Troika, a que o PS, PSD e CDS se subordinam que foram extintas freguesias com graves prejuízos para as suas populações e que foram enunciados objetivos de eliminar concelhos.

A defesa da legitimidade dos órgãos de poder local impõe a defesa intransigente da soberania nacional porque é no quadro nacional que se têm de promover a luta e oposição ao reiterado incumprimento da criação das regiões administrativas, às orientações e legislação que desvalorizam o papel do poder local, no quadro da organização política e da administração do Estado; e às medidas que, em nome do défice público e dos PEC, acentuaram exponencialmente as limitações arbitrárias à autonomia, multiplicaram atos tutelares e disposições consagrando ingerências inconstitucionais; à sonegação de centenas de milhões de euros que constituíam receita das autarquias por direito próprio ao mesmo tempo que são desferidos duros golpes aos direitos dos trabalhadores da administração local.

Quanto a princípios como políticas transparentes, abertas e inclusivas, promoção da participação e das parcerias, eficiências e coerência nas políticas são princípios gerais com os quais concordamos, mas não basta enuncia-los. É preciso que tenham conteúdos concretos e bem diferentes dos que estão patentes na União Europeia e nos governos nacionais.

Por tudo isto abstemo-nos.

Odivelas 21 de Maio de 2014

Os Vereadores da CDU

  
Maria Fernanda Mateus

  
Rui Francisco

  
Maria Natália Santos